

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

LUKAS VILELA VARGAS

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUA
IMPORTÂNCIA NA VERIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO
FINANCEIRA DAS ORGANIZAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Superior de Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Amazonas, de Manaus, como requisito para obtenção do título de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientador: MSc. Edileuza Lobato da Cunha.

**MANAUS
2018**

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUA IMPORTÂNCIA NA VERIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS ORGANIZAÇÕES

RESUMO

Diante de um mercado globalizado e competitivo, os gestores necessitam realizar diversas tomadas de decisões diariamente, definindo o sucesso ou o fracasso de uma organização. A busca por informações é extremamente importante nesse contexto, tanto na gestão administrativa, quanto na gestão comercial, para que as decisões tomadas pelos gestores e outros envolvidos no processo aconteçam da maneira mais eficiente possível. Assim, a contabilidade, por meio da aplicação das técnicas de análise das demonstrações contábeis, tem a capacidade de oferecer informações econômicas e financeiras de forma estratégica, fortalecendo a eficiência e a competitividade da organização no mercado. Com base neste contexto, a presente pesquisa destacou o seguinte questionamento: qual a importância da elaboração das demonstrações contábeis para o bom funcionamento econômico e financeiro de uma organização? Quanto ao objetivo geral desse estudo, foi analisada a importância da elaboração das demonstrações contábeis para o bom desempenho das organizações. Sobre os objetivos específicos, estão incluídos: contextualização da contabilidade como instrumento para fornecer informações aos seus usuários, no sentido de facilitar a tomada de decisões dos gestores e responsáveis pela financeira; caracterização de técnicas de análise referente a demonstrações contábeis; verificação de conceitos e características em relação a administração financeira. Dentre os autores citados, estão: Assaf Neto (2015); Begalli e Perez Junior (2015); Chagas (2013); Figueiredo e Caggiano (2008); Gitman (2010); Hoji (2017); Iudícus, Marion e Faria (2017); Marion (2010; 2015); Nascimento e Reginato (2013); Oliveira e Perez Junior (2012); Padoveze (2010); Rossetti (2016); Silva (2013); entre outros. O presente estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica narrativa, no qual os resultados evidenciaram a dimensão da análise das demonstrações contábeis para o bom funcionamento econômico e financeiro das organizações.

Palavras-Chave: Análise das Demonstrações Contábeis. Contabilidade. Gestão Administrativa. Tomada de Decisões.

ANALYSIS OF ACCOUNTING STATEMENTS AND THEIR IMPORTANCE IN VERIFYING THE FINANCIAL SITUATION OF THE ORGANIZATIONS

ABSTRACT

Faced with a globalized and competitive market, managers need to make a number of decisions on a daily basis, defining the success or failure of an organization. The search for information is extremely important in this context, both in administrative management and in commercial management, so that decisions made by managers and others involved in the process happen in the most efficient way possible. Thus, the accounting, through the application of accounting analysis techniques, has the capacity to offer economic and financial information in a strategic way, strengthening the efficiency and competitiveness of the organization in the market. Based on this context, the present research highlighted the

following question: how important is the preparation of the financial statements for the good economic and financial functioning of an organization? Regarding the general objective of this study, the importance of the preparation of the financial statements for the good performance of the organizations was analyzed. The specific objectives include: contextualization of accounting as an instrument to provide information to its users, in order to facilitate the decision-making of managers and financial managers; characterization of analysis techniques related to financial statements; verification of concepts and characteristics in relation to financial management. Among the authors cited are: Assaf Neto (2015); Begalli e Perez Junior (2015); Chagas (2013); Figueiredo e Caggiano (2008); Gitman (2010); Hoji (2017); Iudícium, Marion e Faria (2017); Marion (2010; 2015); Nascimento e Reginato (2013); Oliveira e Perez Junior (2012); Padoveze (2010); Rossetti (2016); Silva (2013); among others. The present study was developed through a narrative bibliographical review, in which the results showed the size of the analysis of the financial statements for the good economic and financial functioning of the organizations.

Keywords: *Accounting. Administrative Management. Analysis of Financial Statements. Decision-Making.*

Introdução

Os envolvidos com os processos decisórios nas organizações devem manter-se munidos de dados consistentes referente ao desempenho administrativo, com a finalidade de planejar e agir de maneira adequada, com atuações baseadas em informações relevantes. Assim, torna-se essencial o gerenciamento financeiro nas referidas.

No ambiente financeiro, a contabilidade é o instrumento responsável pelo fornecimento de informações importantes no processo de tomada de decisões das organizações, tanto nas questões que dizem respeito ao ambiente interno, quanto ao ambiente externo, com um papel fundamental no processo produtivo de dados para a decisão dos gerentes, diretores e/ou gestores da organização.

A contabilidade, em sua forma natural, é um sistema de informação, com a finalidade de auxiliar os gestores na análise, controle e demonstração de aspectos econômicos e financeiros, bem como mudanças ocorridas em relação ao patrimônio das organizações.

As demonstrações contábeis são as ferramentas usadas pelo setor de contabilidade na realização da demonstração referente aos aspectos econômicos e financeiros da organização, bem como munir os gestores com as devidas informações para o processo de tomada de decisões no cotidiano mercadológico.

Com base neste contexto, a presente pesquisa destacou o seguinte questionamento: qual a importância da elaboração das demonstrações contábeis para o bom funcionamento econômico e financeiro de uma organização?

Quanto ao objetivo geral desse estudo, foi analisada a importância da elaboração das demonstrações contábeis para o bom desempenho das organizações.

Sobre os objetivos específicos, estão incluídos: contextualização da contabilidade como instrumento para fornecer informações aos seus usuários, no sentido de facilitar a tomada de decisões dos gestores e responsáveis pela financeira; caracterização de procedimentos de análise alusivo a demonstrações contábeis; apuração de conceitos e características com conexão a administração financeira.

Dentre os autores citados, estão: Assaf Neto (2015); Begalli e Perez Junior (2015); Chagas (2013); Figueiredo e Caggiano (2008); Gitman (2010); Hoji (2017); Iudícium, Marion e Faria (2017); Marion (2010; 2015); Nascimento e Reginato (2013); Oliveira e Perez Junior (2012); Padoveze (2010); Rossetti (2016); Silva (2013); entre outros.

O presente estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica narrativa, no qual foi verificada a importância da elaboração das demonstrações contábeis para o bom funcionamento econômico e financeiro das organizações.

A presente pesquisa foi estruturada da seguinte maneira: primeiramente, é realizada a introdução, com descrição sobre os objetivos gerais e específicos, justificativa, problema, metodologia e demais questões introdutórias ao presente estudo; no primeiro capítulo, são verificadas as principais características e vantagens da análise das demonstrações contábeis; no segundo capítulo, é descrita a metodologia aplicada ao desenvolvimento da pesquisa; no terceiro capítulo, é realizada uma contextualização sobre a contabilidade como instrumento para fornecer informações aos seus usuários, no sentido de facilitar a tomada de decisões dos gestores e responsáveis pela financeira, descrevendo também as principais técnicas de análise referente a demonstrações contábeis; no quarto capítulo, é realizada uma análise sobre conceitos e características em relação a administração financeira; por fim, são descritas as considerações finais, onde são abordadas as conclusões sobre o estudo.

1 Análise das Demonstrações Contábeis

A análise das demonstrações contábeis envolve duas características importantes: estática e dinâmica. Em relação à característica estática, verifica-se a situação da organização em um determinado período. Na característica dinâmica, o foco está relacionado ao processo evolutivo da organização no mercado, realizando comparação sobre os resultados atuais com os resultados anteriores, bem como ponderando suas possibilidades de evolução para o futuro

econômico e financeiro da organização no mercado (REIS, 2009; PADOVEZE, 2010; ASSAF NETO, 2015).

As demonstrações contábeis devem seguir um padrão de procedimento para a devida análise, de forma que o processo de avaliação forneça informações clarificadas e minuciosas. A padronização envolve um processo crítico sobre os relatórios de demonstração contábil, transcrevendo-os para um padrão estabelecido de forma antecipada, simplificando e adequando as demonstrações contábeis de acordo com a finalidade da análise, reunindo relatórios similares, auxiliando a filtrar possíveis equívocos no processo e, principalmente, aproximando os envolvidos em relação às demonstrações contábeis, cujo instrumento é de extrema importância para a organização, desde que seja utilizado de maneira adequada, para obter resultados eficientes por meio de informações consistentes (MATARAZZO, 2010; CHAGAS, 2013).

A padronização refere-se à implementação de determinadas correções essenciais para evoluir no processo de eficiência da análise das demonstrações contábeis. Tal processo de padronização visa simplificar os relatórios financeiros, facilitando a análise, bem como obtendo resultados mais eficientes para a organização. Por meio do Quadro 1, é possível verificar as fórmulas usadas para o cálculo de coeficientes de liquidez, endividamento e rentabilidade (NASCIMENTO; REGINATO, 2013; MARION, 2015).

Quadro 1 – Fórmulas usadas para o cálculo de coeficientes de liquidez, endividamento e rentabilidade.

	Coeficiente	Fórmula
Coeficientes de Liquidez	Capital Circulante Líquido	Ativo Circulante – Passivo Circulante
	Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$
	Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
	Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
Coeficientes de Endividamento	Participação de Capitais de Terceiros	$\frac{\text{Capitais de Terceiros} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$
	Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante} \times 100}{\text{Capitais de Terceiros}}$
	Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{(\text{Ativo Não Circulante} - \text{Realizável a Longo Prazo}) \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$
	Imobilização dos Recursos Não Correntes	$\frac{(\text{Ativo Não Circulante} - \text{Realizável a Longo Prazo}) \times 100}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
Coeficientes de Rentabilidade	Giro do Ativo	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$
	Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Vendas Líquidas}}$

		Vendas Líquidas
	Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Ativo}}$
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Fonte: Müller e Antonik (2008), Matarazzo (2010), Assaf Neto (2015), Iudícibus (2012) e Marion (2015).

Os relatórios de liquidez mostram informações críticas para a análise de uma organização porque podem validar a capacidade da organização de cumprir suas obrigações financeiras. Os índices de liquidez medem a solvência da organização, que pode ser avaliada a longo prazo, a curto prazo ou imediato (MARION, 2010).

O CCL – Capital Circulante Líquido é extremamente importante, pois demonstra a capacidade da organização de cumprir suas obrigações financeiras de curto prazo, denominado de capital de giro, responsável pela comparação entre o quanto a organização tem por direito a curto em relação a títulos à pagar em curto prazo, calculados pela diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Se os ativos atuais excederem os passivos de curto prazo, isso leva a um CCL positivo, destacando que a organização pode cumprir as obrigações financeiras de curto prazo. No entanto, se o ativo circulante for inferior ao passivo circulante, o resultado será um CCL negativo, ressaltando que a organização não tem a mínima condição para honrar as obrigações financeiras de curto prazo (MÜLLER; ANTONIK, 2008).

A Liquidez Imediata indica se a organização pode ou não fazer pagamentos – dependendo da disponibilidade – referente à dívidas realizadas durante o ano, de maneira imediata, indicando a porcentagem de títulos à pagar de curto prazo para os quais a organização possui as condições para a liquidação imediata. A maioria das organizações não mantém dinheiro em caixa, afinal, esse não é o interesse de grande parte das organizações, devido ao fato de ser um ativo operacional de reduzida rentabilidade. Tal índice é calculado por meio da divisão do disponível pelo Passivo Circulante (ASSAF NETO, 2015).

A Liquidez Seca exclui da fórmula de cálculo os estoques e por meio de seus ativos de maior liquidez mede a capacidade de quitação das exigências de curto prazo. O índice é calculado através da subtração dos Estoques do Ativo Circulante, realizando em seguida, a divisão do valor restante pelo Passivo Circulante (MARION, 2010).

A Liquidez Corrente analisa a posição da organização em termos de obrigações financeiras de curto prazo, o indicador mais relevante referente à posição financeira de uma organização, demonstrando se há condições para devida liquidação de suas obrigações financeiras de curto prazo. Tal índice pode ser calculado dividindo o Ativo Circulante pelo

Passivo Circulante, onde quanto maior a liquidez corrente, mais alta destaca-se o potencial da organização em cumprir com os requisitos de capital de giro (MARION, 2010; ASSAF NETO, 2015).

O índice geral de liquidez demonstra se a organização pode efetuar pagamentos a longo prazo, destacando o desempenho financeiro a longo prazo, levando-se em consideração o que a organização converterá em dinheiro, tanto em curto quanto a longo prazo, com base em tudo que a organização já tomou como dívida. A liquidez geral pode ser calculada dividindo o Ativo Circulante, mais o Realizável a Longo prazo, pelo Passivo Circulante mais o Exigível a Longo Prazo (MARION, 2010).

Os índices da estrutura de capital ilustram o relacionamento da organização com o Capital de Terceiros, bem como a utilização desse capital. Assim, quanto menores os índices de Estrutura de Capital, melhor para a organização (MATARAZZO, 2010).

O índice de Capitais de Terceiros demonstra quanto a organização usa referente aos capitais de terceiros sobre o capital próprio. O cálculo do índice de Participação de Capitais de Terceiros, também denominado como Grau de Endividamento é realizado ao dividir os Capitais de Terceiros – multiplicado por cem – pelo Patrimônio Líquido, cujo resultado demonstra quanto a organização tem em relação à Capitais de Terceiros sobre o capital próprio, relacionando as importantes fontes financeiras da organização: Capitais Próprios e Capitais de Terceiros (RIBEIRO, 2009; MATARAZZO, 2010).

O cálculo do índice de Composição do Endividamento contribui com a análise das obrigações que terão vencimento de curto prazo, cujo cálculo pode ser realizado por meio da divisão do Passivo Circulante – multiplicado por cem – pelos Capitais de Terceiros (MATARAZZO, 2010).

O procedimento de análise das demonstrações contábeis é visto como uma arte, mesmo usando fórmulas matemáticas e métodos científicos para conseguir informações, uma vez que dependendo do nível de sabedoria conceitual, entendimento da área, experiência prática, percepção e sensibilidade, é possível que cada analista elabore diagnósticos divergentes com base em um mesmo nicho de informações (HOJI, 2017; IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2017).

A examinação da organização tem por intuito verificar seu resultado e performance, identificando os aspectos positivos e negativos dos processos operacional e financeiro, com o propósito de recomendar possibilidades de andamento futuro a serem decididas e continuadas pelos gestores. Nesse sentido, a análise das demonstrações contábeis objetiva informar,

apoiada nos dados contábeis providas pelas organizações, a posição financeira e econômica momentânea, as razões que levaram ao desenvolvimento atingido e predisposições vindouras. Portanto, há a possibilidade de obter dados sobre a posição passada, presente e futura de uma organização (PADOVEZE, 2010; ASSAF NETO, 2015).

Além disso, a análise das demonstrações contábeis também permite aos investidores analisarem a remuneração e a segurança de seus investimentos, da mesma maneira como oferece aos credores analisarem a garantia sobre os capitais emprestados, bem como o retorno nos prazos definidos (REIS, 2009).

Ressalta-se que a análise das demonstrações contábeis é, de forma fundamental, comparativa. Se analisada de forma isolada, o índice não oferece informações adequadas para uma avaliação efetiva. É essencial também conhecer o processo evolutivo do resultado nos últimos anos, bem como mensurar o nível em que a organização está situada em relação aos principais concorrentes e aos padrões mercadológicos. A assemelhação que tange a análise de demonstrações contábeis é exposta de duas maneiras: temporal – englobando resultados de períodos anteriores, costumamente os três últimos exercícios sociais da organização, onde o essencial dessa verificação é constatar a inclinação divulgada pelos indicadores de desempenho e não estabelecer limites a análise em um resultado encurtado a determinado momento; interorganizacional – relativo ao resultado de uma organização com a área de atividade e o mercado em geral, utilizando índices-padrão do mercado, logrado em obras especializadas ou elaboradas pela própria organização, utilizando-as, comumente, como referências de dados, as principais publicações de índices setoriais acessíveis como Melhores e Maiores, Estudos Setoriais Serasa, Instituto Assaf, Conjuntura Econômica, entre outros (ASSAF NETO, 2015; IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2017).

O raciocínio básico da análise ocorre por meio de técnicas advindas de distintas áreas, especialmente, da contabilidade, da matemática e da estatística. Assim, a análise das demonstrações contábeis usa métodos para o devido desenvolvimento – análise vertical; análise horizontal; indicadores econômicos e financeiros. Primeiramente, deve-se analisar os dados dos demonstrativos contábeis, ajustando-os de maneira que sejam evitados equívocos significativos durante a análise. Nessa etapa, os métodos a serem efetuados são: BP, onde as contas que normalmente necessitam ser reclassificadas são as retificadoras duplicatas e saques de exportação descontados, que, aliás, são empréstimos; resultado de exercícios futuros, havendo a possibilidade de ser visto como patrimônio líquido; demonstração de resultado, de

modo que as despesas e receitas financeiras devem ser isoladas do grupo de despesas operacionais (OLIVEIRA; PEREZ JÚNIOR, 2012; ASSAF NETO, 2015; HOJI, 2017).

2 Metodologia

O presente estudo foi fundamentado em uma pesquisa qualitativa exploratória, baseada em inúmeras obras e autores renomados no segmento de Ciências Contábeis. Apoiada por revisão bibliográfica narrativa, o embasamento teórico da presente pesquisa foi baseado por consultas em livros, revistas acadêmicas, artigos científicos e websites na Internet reconhecidos na área científica. A revisão bibliográfica proporcionou sustentação teórica a situações exigidas, bem como na definição de termos específicos referente à área pesquisada.

A pesquisa qualitativa abrange investigações aprofundadas do evento estudado e que esta metodologia de estudo tem como propósito destacar particularidades que não são constatadas por intermédio de um estudo quantitativo (RAUPP; BEUREN, 2013).

A natureza de uma pesquisa qualitativa apresenta as seguintes características: tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e os pesquisados como principal instrumento; os dados coletados são predominantemente descritivos; a preocupação com o processo é muito maior que com o produto; o significado que as pessoas dão as coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo (LÜDKE; ANDRÉ, 2007).

Sobre o conceito de revisão bibliográfica narrativa, trata-se de uma análise crítica, meticulosa e ampla sobre as publicações correntes em uma determinada área do conhecimento. Nesse sentido, a seleção criteriosa de uma revisão de literatura pertinente ao problema significa familiarizar-se com textos e, por meio destes, reconhecer os autores e seus estudos realizados anteriormente a respeito do problema pesquisado (TRENTINI; PAIM, 1999).

A revisão bibliográfica narrativa procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Busca também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema (MARTINS; PINTO, 2001).

A revisão bibliográfica narrativa coloca o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Neste sentido, por meio do método de

revisão bibliográfica narrativa, é possível fazer uma reflexão sobre o tema por meio de uma nova abordagem, resultando em conclusões inovadoras (LAKATOS; MARCONI, 2007).

A finalidade da revisão bibliográfica narrativa é induzir o contato pessoal entre o pesquisador e as teorias, por meio da leitura, conduzindo-o à interpretação própria (DEMO, 2000).

A revisão bibliográfica narrativa não utiliza critérios explícitos e sistemáticos no processo de busca e análise crítica da literatura e, além disso, a busca pelos estudos por meio dessa metodologia não é sinônimo de esgotamento sobre as fontes de informações, e também não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações por meio da revisão bibliográfica narrativa podem estar sujeitas à subjetividade dos autores, e é adequada para a fundamentação teórica de trabalhos de conclusão de curso no ambiente acadêmico, tais como: artigos, monografias, dissertações e teses (BIBLIOTECA DANTA MOREITA LEITE, 2018).

3 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são utilizadas pela gestão da organização para prestar contas e levar informações sobre o aspecto econômico-financeiro aos acionistas, credores, governo e outros interessados. As demonstrações contábeis também são chamadas de relatórios contábeis e são a fonte de informações para análise, servindo de base, inclusive para avaliação quanto à possibilidade de investimento. Demonstrações contábeis são relatórios ou quadros técnicos que contém dados extraídos dos livros, registros e documentos que compõem o sistema contábil de uma entidade. Os registros contábeis realizados periodicamente pelas organizações são a fonte dos dados para o processo de elaboração das Demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis de uma organização apresentam informações que revelam suas operações por um período de tempo, e quando analisadas permitem detectar quais são os aspectos fortes e fracos apresentados em suas atividades operacionais e não operacionais, bem como suas potencialidades, auxiliando assim, a tomada de decisão (RIBEIRO, 2009; BEGALLI; PEREZ JUNIOR, 2015; MANKIW, 2015).

Os dados coletados pela contabilidade, são apresentados periodicamente aos interessados de maneira resumida e ordenada, formando assim os relatórios contábeis (MARION, 2010; OLIVEIRA; PEREZ JÚNIOR, 2012).

O artigo 176, da Lei nº 6.404 (BRASIL, 1976) – Lei das Sociedades por Ações –, institui que a organização no final de cada exercício social deve elaborar as seguintes demonstrações contábeis, que deverão informar com transparência a situação do patrimônio da entidade e as mutações ocorridas no período: BP – Balanço Patrimonial; DRE – Demonstração do Resultado do Exercício; DOAR – Demonstrações de Origem e Aplicação de Recursos; DLPA – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa. Com a promulgação da Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007) a qual teve validade a partir de 01/01/08 que altera, revoga e introduzem novos dispositivos na Lei nº 6.404 (BRASIL, 1976), ocorreram algumas mudanças. Substitui a DOAR pela DFC e passa a ser obrigatória a DVA – Demonstração de Valor Adicionado no conjunto das demonstrações contábeis no que se refere à sua elaboração e divulgação. A fim de transformar os dados disponíveis nas demonstrações contábeis em informações de auxílio à tomada de decisões, surgiu a análise das demonstrações contábeis (SANTOS, 2008; MEDEIROS, 2008; BEGALLI; PEREZ JUNIOR, 2015).

A análise financeira visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas organizações, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras (MANKIWI, 2015; ASSAF NETO, 2015; ROSSETTI, 2016).

A análise das demonstrações contábeis extrai o máximo possível de informações, por meio da interpretação dos dados disponibilizados pelas demonstrações contábeis e financeiras, tratadas em conformidade com as premissas contábeis. Sua principal finalidade é fornecer informações precisas para os credores e investidores tomarem decisões (SCHIER, 2007; BEGALLI; PEREZ JUNIOR, 2015).

Um dos principais objetivos da análise financeira é o fornecimento de subsídio para a tomada racional de decisão de concessão de crédito e de investimento, a partir de informações de boa qualidade (SILVA, 2013).

A análise das demonstrações contábeis é a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamento, se for o caso. As demonstrações financeiras estão associadas a um posicionamento financeiro e patrimonial da organização, oferecendo dados importantes sobre a situação atual da mesma no mercado, os quais podem ser avaliados com a finalidade de filtrar informações importantes e estratégicas para os envolvidos com o processo de tomada de decisões, bem como apresentar os resultados sobre a gestão dos recursos administrativos.

Assim, as demonstrações contábeis são consideradas uma vitrine sintetizada e organizada sobre a situação da econômica e financeira da organização no mercado, cuja situação é gerenciada por meio da contabilidade em um determinado espaço de tempo (OLIVEIRA; PEREZ JÚNIOR, 2012; MANKIW, 2015; ROSSETTI, 2016; IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2017).

3.1 Técnicas de Análise

Demonstrações contábeis são relatórios utilizados para obter-se a situação econômica e financeira de uma organização, apresentando os atos e fatos envolvidos. Existem diversas demonstrações contábeis onde é possível aplicar técnicas de análise, tais como: BP; DRE; DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; DLPA; DFC; DVA; DRA – Demonstração do Resultado Abrangente; entre outros (BEGALLI; PEREZ JUNIOR, 2015; ROSSETTI, 2016).

3.1.1 BP – Balanço Patrimonial

O BP é o mais importante relatório gerado pela contabilidade. Através dele pode-se identificar a saúde financeira e econômica da organização no fim do ano ou em qualquer data prefixada (OLIVEIRA; PEREZ JÚNIOR, 2012; MARION, 2015).

O BP dividi-se em dois grandes grupos: ativo e passivo. O BP ativo é o conjunto de bens e direitos controlados pela organização. São os itens positivos do patrimônio; trazem benefícios, proporcionam ganho para a organização. O BP passivo significa as obrigações exigíveis da organização, ou seja, as dívidas que serão cobradas, reclamados a partir da data de seu vencimento (MARION, 2015).

Juntamente ao passivo, encontra-se o patrimônio líquido da entidade que representa o capital investido pelos proprietários da organização, quer por meio de recursos trazidos de fora da organização, quer gerados por esta em suas operações e retidos internamente (MATARAZZO, 2010).

O ativo está disposto em grupos de contas homogêneas ou de mesmas características. Os itens do Ativo são agrupados de acordo com a liquidez, isto é, de acordo com a rapidez que podem ser convertidos em dinheiro. O primeiro grupo, ou seja, de maior liquidez, denomina-se Ativo Circulante e este comporta as contas, Caixa e Equivalentes de Caixa,

Contas a Receber, Estoques, Investimentos Temporários. Já as contas que se transformam em dinheiro em um maior prazo de tempo, ou seja, os ativos de menor liquidez, agrupam-se no subgrupo denominado Ativo Não Circulante. Conforme Quadro 2, o Ativo Não Circulante compõe-se de ativos de baixíssima liquidez, uma vez que, como característica básica, não são destinados à venda (SCHMIDT; SANTOS, 2009; IUDÍCIBUS, 2012).

Quadro 2 – Composição do Ativo Não Circulante.

Tipo de Ativo Não Circulante	Descrição
Investimentos	As participações – que não se destinam a venda – em outras sociedades e outras aplicações de característica permanente que não se destinam à manutenção da atividade operacional da organização – terrenos, imóveis alugados a terceiros (não de uso, mas para renda, obras de arte, entre outros).
Imobilizado	Entende-se por Ativo Imobilizado todo ativo de natureza relativamente permanente que se utiliza na operação dos negócios de uma organização e que não se destina à venda.
Intangível	A legislação diz que devem ser classificados no grupo Intangível os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercido com esta finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Fonte: Iudícibus (2012).

Conforme visto previamente, o BP é dividido em ativo e passivo. O passivo representa as obrigações que que organização tem a pagar à terceiros (IUDÍCIBUS, 2012).

Assim como o ativo, o passivo também é dividido em dois grandes grupos. O passivo circulante e o passivo não circulante. O passivo circulante evidencia todas as dívidas com terceiros que serão pagas a curto prazo: dívidas com fornecedores de mercadorias, salários a pagar, impostos a pagar, empréstimos bancários a pagar, encargos a pagar, entre outros. Já as contas exigíveis a longo prazo, são as contas que compõem o passivo não circulante. As contas exigíveis a terceiros em longo prazo, geralmente, são provenientes de empréstimos e financiamentos junto à bancos e financeiras. Além das contas de ativos e passivos, o BP compõem-se do patrimônio líquido, responsável pela demonstração total de recursos aplicados pelos proprietários na organização (SCHMIDT; SANTOS, 2009; MARION, 2015).

O patrimônio líquido da organização como o total de recursos dos acionistas e proprietários da organização. Tratando-se como Capital a primeira aplicação, e as demais, tratam-se contabilmente, como acréscimo de capital (IUDÍCIBUS, 2012).

Conforme Quadro 3, o patrimônio líquido é subdividido em capital social, reservas de capital, reservas de lucros, e lucros ou prejuízos acumulados (MATARAZZO, 2010).

Quadro 3 – Estrutura do Patrimônio Líquido.

Elemento do Patrimônio Líquido	Descrição
Capital Social	Montante do capital subscrito e, por dedução, parcela não realizada.
Reservas de Capital	Ágio na emissão de ações ou conversão de debêntures e partes beneficiárias; produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição; prêmios recebidos na emissão de debêntures, doações e subvenções para investimentos.
Reserva de Lucros	Contas constituídas a partir de lucros gerados pela companhia.
Lucros ou Prejuízos Acumulados	Lucros gerados pela companhia, que ainda não receberam destinação específica.

Fonte: Matarazzo (2010).

Assim, além dos investimentos dos sócios ou acionistas, os lucros também representam uma fonte do patrimônio líquido das organizações.

3.1.2 DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

Ao término de cada exercício social, as organizações apuram o resultado de seu empreendimento. Com a finalidade de apurar se foi obtido lucro ou prejuízo, a contabilidade confronta a receita – vendas – com as despesas. Se a receita foi maior que a despesa, a organização teve lucro. Se a receita foi menor que a despesa, teve prejuízo. Esta apuração de receitas e despesas é apresentada por meio da DRE (MARION, 2010).

A DRE é elaborada concomitantemente ao BP, apresentando de forma sucinta as operações efetuadas pela organização e tendo como resultado um dos valores de maior interesse dos investidores, gestores, pessoas interessadas na organização, o resultado líquido do período, ou seja, se a organização obteve lucros ou prejuízos. A demonstração do resultado do exercício, diferentemente do balanço patrimonial, demonstra o resultado obtido pela organização em determinado período e não apenas no momento (SANTOS, 2008; IUDÍCIBUS, 2012).

Haja vista a DRE retratar o fluxo econômico, não é imprescindível que todos os integrantes da demonstração do resultado do exercício tenham influência no fluxo monetário da organização. Necessitando assim, afetar o patrimônio líquido. Pode-se afirmar que a DRE

afeta o patrimônio líquido, visto que como regra, as receitas causam um aumento do Ativo, consequentemente, um aumento do Passivo. Já as despesas reduzem o patrimônio líquido, podendo esta redução ocorrer por dois fatores, ou pela redução do ativo, ou pelo aumento do passivo exigível (MATARAZZO, 2010; MANKIW, 2015).

3.1.3 DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A DMPL apresenta as variações do patrimônio líquido ocorridas ao longo do exercício. O objetivo desta demonstração é explicar as variações das contas ocorridas no patrimônio líquido entre um exercício e outro. O resultado líquido do exercício fica evidenciado nesta demonstração, comprovando-se a destinação do mesmo, assim como os seus quantitativos (MARION, 2015).

Uma vez que as contas de lucros ou prejuízos acumulados compõem o patrimônio líquido da entidade, a DMPL substitui a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, considerando que, para a realização de análise, a demonstração das mutações do patrimônio líquido é mais informativa e demonstra as movimentações ocorridas com os lucros e prejuízos acumulados e as movimentações ocorridas nas demais contas que integram o patrimônio líquido (MATARAZZO, 2010).

Para a elaboração da DMPL, deve-se considerar uma tabela na qual nas colunas identificam as contas do patrimônio líquido e as linhas as movimentações ocorridas nessas contas (SILVA, 2013).

3.1.4 DLPA – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

Encerrada a DRE, o lucro líquido está apurado, transposto para a DLPA, responsável pela demonstração referente à distribuição dos lucros da organização (MARION, 2015).

Somente uma parte dos lucros são distribuídos aos proprietários na forma de dividendos, o restante, normalmente, sendo a maior parte dos lucros, é reinvestida na própria organização (MATARAZZO, 2010).

A destinação – canalização – do lucro líquido aos proprietários – distribuição de dividendos – ou o reinvestimento na própria organização serão apresentados por meio da DLPA antes de serem indicados no BP (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2017).

3.1.5 DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A DFC é o instrumento usado pela contabilidade com a finalidade de demonstrar a movimentação monetária da organização durante o exercício, responsável pela demonstração das fontes e aplicações utilizadas em um determinado período, cujo resultado é a variação do saldo de caixa (MATARAZZO, 2010).

A DFC apresenta as mudanças realizadas no saldo de disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa – da companhia em determinado período, mediante fluxos de recebimentos e pagamentos. A DFC mostra quais foram as mudanças que ocorreram no saldo de caixa e equivalentes separando a demonstração em atividades operacionais, atividades de financiamento e atividade de investimentos. Desta forma, a DFC pode apresentar-se de duas formas: a forma direta, desenvolvida com base na movimentação do caixa e equivalentes de caixa; a forma indireta, produzida com base no lucro/prejuízo do exercício. As modificações na disposição de investimentos e financiamentos não são divulgados de forma clara por intermédio do BP da organização. Diante disso, apresenta-se a DFC, no intuito que se tenha um entendimento claro da origem e aplicação dos recursos (MARION, 2015).

A DFC permite a análise do aspecto financeiro da organização quanto ao movimento de investimentos e financiamentos, bem como em relação à gestão da organização, com a finalidade de obter e aplicar adequadamente os recursos (MATARAZZO, 2010).

3.1.6 DVA – Demonstração do Valor Adicionado

A DVA é uma demonstração obrigatória, estabelecido por meio da Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007), cuja finalidade é demonstrar a geração de riqueza da organização. Assim, a DVA apresenta o quanto a organização gerou de valor, bem como o quanto distribuiu para fornecedores, empregados, governo, acionistas, destacando o valor reinvestido na organização (SILVA, 2013).

A DVA é um relatório contábil de informações naturalmente econômicas, cuja finalidade é demonstrar o valor de riqueza distribuído entre os elementos que contribuíram para geração desta riqueza (MARION, 2015).

Dentre os usuários da DVA, estão: governo – usará a DVA para o cálculo do PIB, para saber o impacto das operações das organizações na geração da riqueza interna e impostos; empregados – os empregados ou sindicatos têm como principal objetivo usar a DVA para

comparar e analisar a remuneração, cargos dos trabalhadores, em relação aos dos administradores; gestores – utilizam as informações da DVA como um instrumento de contabilidade gerencial, buscando ser eficaz no cumprimento de suas responsabilidades para com todos os seus usuários, sejam eles acionistas, empregados, governo e a sociedade; bancos – analisam a DVA para verificar a riqueza gerada, bem como a capacidade da organização em relação ao cumprimento dos compromissos financeiros assumidos no mercado (SANTOS, 2008; IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2017).

3.1.7 DRA – Demonstração do Resultado Abrangente

De acordo com o que foi abordado precedentemente, ao término do período de reporte, as organizações demonstram seus resultados. As receitas e despesas ocorridas no período em questão são apresentadas na demonstração do resultado do exercício, dando origem ao lucro líquido. A partir desse lucro, acrescentando-se os resultados abrangentes, chega-se à demonstração do resultado abrangente (MARION, 2015).

Os resultados abrangentes são formados pelos seguintes elementos: variações na reserva de reavaliação quando permitidas legalmente; ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido; ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior; efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos cobertos pela operação de fluxo de caixa; parcela de outros resultados abrangentes de organizações investidas reconhecida por meio do método da equivalência patrimonial (SCHMIDT; SANTOS, 2009; MATARAZZO, 2010).

Quanto à forma de apresentação da demonstração do resultado abrangente, a mesma poderá ser apresentada por quadro próprio ou em conjunto com a demonstração das mutações do patrimônio líquido, não esquecendo-se da imprescindibilidade de apresentação dos efeitos dos tributos (SILVA, 2013).

4 Gestão Financeira

O processo que envolve a tomada de decisões nas organizações reflete a essência da definição de gestão. Administrar é definir e o prosseguimento de qualquer empreendimento

provém da qualidade das decisões tomadas por seus administradores, nos vários níveis organizacionais (ASSAF NETO, 2015).

Compete ao administrador financeiro: consecução de fundos monetários para que a organização aprimore as suas atividades correntes e alastre a sua escala de operações; verificação do meio – eficiência –, com a qual os capitais são empregados pelos vários setores e nas inúmeras áreas de operações da organização. Gestão financeira, desse modo, é a área do conhecimento que procura o melhor meio de obtenção e utilização dos recursos de uma organização (SANVINCENTE, 1997; NASCIMENTO; REGINATO, 2013).

O propósito primordial de uma organização é o alcance da máxima rentabilidade factível sobre o investimento cometido pelos gestores, contando que não afete a liquidez organizacional (SANVINCENTE, 1997).

Na gestão financeira a finalidade econômica das organizações é a potencialização de seu valor de mercado, uma vez que dessa maneira estará dilatando o patrimônio de seus proprietários. Nesse sentido, o objetivo organizacional é a obtenção de valor para seus acionistas ou proprietários (PADOVEZE, 2010; ROSSETTI, 2016; HOJI, 2017).

No processo de tomada de decisões, é de extrema importância a obtenção de informações financeiras, cuja responsabilidade é do setor administrativo financeiro da organização. O administrador financeiro é aquele que gerencia ativamente os assuntos financeiros da organização, enquanto a gestão financeira é o conjunto de tais atribuições. A função financeira envolve uma série de ações/atividades associadas à gestão dos fundos movimentados por todos os setores da organização, incumbida pela elaboração de uma estratégia com finalidade de potencialização da aplicação dos fundos e consecução dos recursos essenciais (BRAGA, 1995; GITMAN, 2010).

A gestão financeira procura acrescentar utilidade por intermédio da melhor forma de uso dos recursos financeiros da organização, potencializando os lucros de seus proprietários, tornando-se um integrante considerável para o progresso e evolução das organizações. A função financeira detém uma atribuição notável na totalidade do crescimento das atividades operacionais, cooperando expressivamente para o triunfo do negócio (BRAGA, 1995).

Dentro do ambiente organizacional, a gestão financeira foca fundamentalmente para as referidas funções: planejamento financeiro – evidencia as necessidades de crescimento da organização, bem como detectar eventuais desajustes futuros; controle financeiro – acompanhamento e avaliação de todo o desempenho financeiro da organização; gestão de ativos – foco na melhoria da estrutura, em função de risco e retorno, dos investimentos

organizacionais, através de um gerenciamento eficiente de seus valores; gestão de passivos – volta-se para a obtenção de recursos e coordenação de sua composição, na tentativa de determinar a melhor estrutura relacionada a liquidez, atenuação de custos e risco financeiro. Nesse enquadramento, integra a rotina do administrador financeiro estabelecer as decisões referentes ao investimento, financiamento e dividendos ou destinação do lucro (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 2008; NASCIMENTO; REGINATO, 2013; ASSAF NETO, 2015).

Medidas de investimento relacionam-se assim como a gestão da estrutura do ativo, bem como a feitura de projetos inovadores, abrangendo o destino dos recursos financeiros para aplicação em seus ativos, realizável a longo prazo, considerando-se a relação adequada de risco e de retorno dos capitais investidos (BRAGA, 1995; HOJI, 2017).

Em relação as medidas de financiamento, o administrador financeiro é compelido em estipular a mais favorável combinação de financiamento para o projeto ou estrutura de capital da organização, entre capital próprio e de terceiros (PADOVEZE, 2010).

A destinação do lucro líquido ou política de dividendos, atém-se com a destinação dada aos recursos financeiros gerados pela devida organização no seu meio laboral. Deste modo, é necessário estabelecer se o lucro será mantido para a ampliação do empreendimento ou racionado aos proprietários (SANVINCENTE, 1997).

Considerações Finais

A análise da relevância da elaboração das demonstrações contábeis para atingir uma elevada performance nas organizações, foi o objetivo primário desse estudo. Foram aferidos acerca dos objetivos secundários: a contextualização da contabilidade como ferramenta para proporcionar informações aos seus usuários, no intuito de descomplicar os vereditos dos gestores e responsáveis pela financeira; a caracterização de metodologias de análise tocante a demonstrações contábeis; a verificação de conceitos e características em relação a administração financeira.

As organizações mais rentáveis realizam análise detalhada sobre as suas demonstrações contábeis, com a finalidade de verificar determinados dados relacionados à mudanças mercadológicas, visando objetivos a curto, médio e longo prazo e, principalmente, considerando os aspectos referente ao ambiente interno e externo. Nesse sentido, diante de eventuais situações e/ou aspectos negativos para a organização, a análise de demonstrações

contábeis proporciona aos gestores as devidas tomadas de decisão dentro de um tempo hábil para mudanças no planejamento econômico/financeiro da organização.

A principal finalidade do presente estudo foi analisar as principais características e vantagens da análise das demonstrações contábeis, evidenciando que essa ferramenta é de extrema importância para o setor econômico e financeiro das organizações.

Com base nos estudos realizados nessa pesquisa, foi confirmada a relevância da elaboração e análise das demonstrações contábeis para uma boa manutenção econômica e financeira de uma organização. Assim, ficou destacado a dimensão da análise das demonstrações contábeis como um instrumento de auxílio no processo de tomada de decisões dos gestores.

Ademais, sugere-se que outros estudos sejam desenvolvidos para discutir e fortalecer a importância da análise das demonstrações contábeis como um instrumento de auxílio à tomada de decisões dos gestores, levando-se em consideração os principais autores do meio contábil, financeiro e econômico que tratam de assuntos relacionados à análise de demonstrações contábeis.

Referências

- BIBLIOTECA DANTE MOREIRA LEITE. **O que é Revisão da Literatura?** p. 2. Instituto de Psicologia. USP – Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/portal/images/biblioteca/revisao.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- BEGALLI, Glauco Antonio; PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. 5. ed., 363 p. ISBN: 9788597000740. São Paulo: Atlas, 2015.
- BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.
- BRASIL. (1976). Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- BRASIL. (2007). Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações contábeis**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 27 abr. 2018.
- CHAGAS, Gilson. **Contabilidade Geral Simplificada: demonstrações contábeis após alterações na lei das S.As. e as sociedades empresárias à luz do novo Código Civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DEMO, Pedro. **Aprendizagens e Novas Tecnologias**. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/famat/viali/doutorado/ptic/textos/80-388-1-PB.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2018.
- FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria: teoria e prática**. 4 ed., 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.
- GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**. 12. ed., 775 p. ISBN: 9788576053323. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2010.

- HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**. Matemática financeira aplicada; Estratégias financeiras; Orçamento empresarial. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10. ed., 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.
- _____; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. De acordo com os CPCs e as normas internacionais de contabilidade. 6. ed. Atlas, 2017.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. 10. reimpr. São Paulo: EPU, 2007.
- MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- MARION, José Carlos. (2010). **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- _____. (2015). **Contabilidade Empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MARTINS, G. A.; PINTO, R. L. **Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. ISBN: 9788522456925. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEDEIROS, Fabiano de Albuquerque. **Principais alterações trazidas pela Lei 11.638/07**. Data de elaboração: fevereiro/2008. Inserido em 26/02/2008. Parte integrante da Edição no 258. Código da publicação: 1919. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1919>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- MÜLLER, Aderbal Nicolas; ANTONIK, Luis Roberto. **Análise financeira: uma visão gerencial: guia prático com sugestões e indicações da análise financeira das organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.
- NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. Controladoria. **Controladoria – Um Enfoque na Eficácia Organizacional**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. **Contabilidade de custo para não contadores**. 5. ed., 474 p. ISBN 9788522473533. São Paulo: Atlas, 2012.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed., 648 p. ISBN: 9788522460755. São Paulo: Atlas, 2010.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.) **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis: estrutura e análise**. 3. ed., 8. reimpr. São Paulo: Saraiva, 2009.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 21. ed. ISBN: 9788597002867. São Paulo: Atlas, 2016.
- SANTOS, José Odílio dos. **Avaliação de empresas: Cálculo e interpretação do valor das empresas – um guia prático**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- SANVINCENTE, Antonio Zoratto. **Administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- SCHIER, C. U. C. **Controladoria como instrumento de gestão**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2007.
- SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Avaliação de Ativos Intangíveis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 12. ed. 593 p. ISBN: 9788522483747. São Paulo: Atlas, 2013.
- TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em Enfermagem**. Uma Modalidade Convergente-Assistencial. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.